

# LEITURAS E LETRAS DE PROVEITO ENTRE OS SÉCULOS XVII E XVIII: O CASO DO PADRE ALEXANDRE DE GUSMÃO

**ISABEL SCREMIN DA SILVA\***

Universidade de São Paulo (USP), Programa de Pós-Graduação em Literatura Portuguesa, São Paulo, SP, Brasil.

Recebido em: 13 maio 2023. Aprovado em: 20 jun. 2023.

Como citar este artigo: SILVA, I. S. da. Leituras e letras de proveito entre os séculos XVII e XVIII: o caso do padre Alexandre de Gusmão. *Cadernos de Pós-Graduação em Letras*, v. 23, n. 2, p. 68-82, maio/ago. 2023. doi: 10.5935/cadernosletras.v23n2p68-82

## Resumo

Este artigo busca investigar a noção de *leitura literária* quando aplicada a letras anteriores à Modernidade, tendo por escopo a análise de algumas passagens dispostas nos impressos do padre jesuíta Alexandre de Gusmão (1629-1724). Considerando os diversos modos de transmissão de um discurso à época, observamos que os escritos de Gusmão visavam ao proveito moral e espiritual de suas

---

\* E-mail: [isabelscremin@gmail.com](mailto:isabelscremin@gmail.com)

 <https://orcid.org/0000-0002-3322-5666>

Texto fruto da dissertação de mestrado, defendida em 2023. SILVA, I. S. da. *As voltas do compasso*: um estudo retórico da obra espiritual de Alexandre de Gusmão. Dissertação (Mestrado em Literatura Portuguesa) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

letras, nas quais encontramos censuras, por um lado, à prática de gêneros cômicos e, por outro, ao prazer desmedido da leitura. Espera-se que o olhar sobre esses discursos moralizantes contribua para uma reflexão crítica sobre a autonomia das letras e leituras do presente.

## Palavras-chave

Práticas de leitura. Séculos XVII e XVIII. Alexandre de Gusmão.

## LEITURA(S) E LITERATURA(S) EM PROCESSO

Pensar em *leitura literária* implica, antes de mais, considerarmos os dois termos, *leitura* e *literatura*, enquanto conceitos, construídos ao longo do tempo, que abarcam processos históricos bastante diversos. Hoje, é consenso afirmar que a noção de *literatura* tem seus fundamentos no período romântico, quando se começou a associar a escrita à expressão de emoções singulares de um *eu*. No entanto, nem sempre foi assim: em relação às letras luso-brasileiras produzidas entre os séculos XVII e XVIII, sabe-se que os poetas seguiam preceitos e preceptivas que regulavam a *arte de falar bem*. Em outros termos, seguiam a chamada *instituição retórica* (Hansen, 2013).

Se falamos de retórica, havemos de indagar, necessariamente, a quem esses discursos anteriores à Modernidade se destinavam. Pensando na audiência, convém perguntarmos como tais letras eram transmitidas e recebidas. Se *literatura*, ainda hoje, costuma vincular-se à ideia de subjetividade expressa em um texto sobretudo escrito, a noção de *leitura* também passa pelo imaginário de um contato individual, silencioso e íntimo entre o leitor e o livro. Mais uma vez, as letras seiscentistas ibero-americanas provam-nos o contrário: por mais que um texto aparecesse manuscrito ou impresso, não precisamente era lido, podendo ser ouvido, declamado, performado e até visualizado (Chartier, 2005).

Ainda, a prática da *leitura* pode ser associada, não apenas, mas de forma significativa, às escolas onde se ensinava a ler. Em *A leitura rarefeita* (1991), Marisa Lajolo e Regina Zilberman acentuam a criação de um sistema escolar que se fez necessário, no Brasil do século XVII, aos filhos da classe dominante. Longe dos grandes centros, os senhores de engenho reclamavam pela formação

de seus jovens. Com o crescimento demográfico nos interiores da América Portuguesa, a Companhia de Jesus, uma das principais ordens responsáveis pelo sistema educacional do período, criava novas edificações e seminários, um deles surgido no Recôncavo Baiano, em Belém da Cachoeira, sob a liderança do padre Alexandre de Gusmão (1629-1724), cuja obra será escopo deste artigo.

Gusmão não só criou o Seminário de Belém da Cachoeira, no qual certamente circulavam livros e notícias das quatro partes do mundo, mas também foi instrutor de noviços, provincial da Companhia no Brasil e autor de um volume considerável de escritos espirituais, tipografados em Portugal entre fins do século XVII e inícios do XVIII, a saber: *Escola de Bethlem, JESVS nascido no Prezepio* (1678); *Historia do Predestinado Peregrino, e sev Irmão Precito* (1682); *Arte de crear bem os Filhos na Idade da Puericia* (1685); *Sermão que pregou na Cathedral da Bahia de Todos os Santos* (1686); *Meditações para Todos os Dias da Semana, pelo Exercício das Tres Potencias da Alma* (1689); *Rosa de Nazareth nas Montanhas de Hebron* (1715); *Eleyçam entre o Bem, & Mal Eterno* (1720); *O Corvo, e a Pomba da Arca de Noé* (1734) e *Arvore da Vida, Jesus Crucificado* (1734).

Ao longo desses impressos, há passagens em que Gusmão tece orientações acerca *do que* sua audiência deveria ou não ler, além de *como* ler, baseando seus argumentos em uma evidente defesa do aproveitamento moral e espiritual de seus leitores/ouvintes, muitos deles, provavelmente, discípulos seus no Seminário de Belém. São essas passagens que serão analisadas, em viés retórico, na segunda seção deste artigo, a qual segue antecedida por algumas considerações acerca das práticas de escrita e leitura à época de Gusmão, levando em conta pressupostos da ordem jesuítica a que pertencia. Ao fim, espera-se que esse olhar sobre o nosso passado colonial, que também envolveu diretrizes sobre os modos de ler, possa contribuir para uma defesa das práticas autônomas de leitura.

## ALGUNS PRESSUPOSTOS

Salvo *Historia do Predestinado Peregrino, e sev Irmão Precito* (1682), que tem seu fundamento na imitação de matéria fingida, todos os impressos de Gusmão baseavam sua ação principal nas ações a serem tomadas em âmbito fora do escrito, isto é, em sua prática. Em outras palavras, os tratados de

Gusmão só se realizavam enquanto tratados à medida que sua mimese se efetuasse no mundo da audiência.

Os destinatários do inaciano não se encontram explícitos em suas obras, mas podem ser rastreados em suas licenças, dedicatórias e proêmios, nas tópicas de sua argumentação, na disposição de seus assuntos, na elocução que ornamenta e dá forma à matéria, na pontuação que obedecia a critérios voltados sobretudo à pronúncia do texto. Eram elas, pronúncia (*pronuntiatio*) e ação (*actio*), etapas da composição retórica dos discursos, ao lado da memória (*memoria*), que retomava técnicas repletas de lugares e de agentes, aplicadas tanto para quem necessitava proferir o discurso de cor quanto para quem precisava guardar os preceitos que ouvia (Barthes, 1993).

À época de Gusmão, a invenção poético-retórica constituía atividade de encontrar argumentos, conforme o gênero escolhido, e não se dava longe da recepção. Isso implicava levar em conta o grau de conhecimento da audiência (se mais culta, se mais ignara), as contingências de recepção (onde e como o discurso era lido, declamado, cantado etc.), as festividades e o calendário litúrgico (se o discurso era enunciado nas exéquias de alguém, ou durante as comemorações da Páscoa, do Natal etc.), entre outras variáveis.

À época do jesuíta, ainda, adeptos da escrita artificial defendiam que a imprensa reduzia os descuidos, as inserções e os apagamentos dos copistas, garantindo maior segurança e confiabilidade à reprodução do original. Já a escrita *ad vivum* facilitava a difusão dos textos, possibilitando que fossem lidos à revelia das proibições do Santo Ofício. Argumentava-se que os *manuscriptos* transmitiam diretamente, por meio do corpo que ligava a mão ao coração, o ânimo de quem escrevia (Bouza, 2019).

De todo modo, é de se notar que a circulação da obra impressa de Gusmão, independentemente se corria ou não manuscrita, não se limitou apenas a leitores com condições de comprar livros. *Escola de Bethlem* (1678), por exemplo, fora taxado em dois tostões, conforme uma das licenças que acompanha a primeira edição, o que equivaleria a cerca de 200 réis, mesmo preço avaliado para *Eleyçam entre o Bem, & Mal Eterno* (1720), tratado que se encontrava na Biblioteca do Seminário de Belém, conforme o inventário quando da expulsão dos jesuítas do Brasil, da extinção do internato e do confisco dos bens da Companhia (Souza, 2008).

Contudo, em meio a uma população majoritariamente pobre e analfabeta, como eram muitas das gentes que habitavam o Brasil entre o Seiscentos e o

Setecentos, havia outras formas de se ter acesso às produções letradas: declamações em voz alta, praticadas tanto fora quanto dentro dos colégios jesuítcos, faziam da leitura também uma encenação passível de atingir públicos dos mais diversos níveis de instrução. Além disso, as bibliotecas, chamadas então de *livrarias* e administradas principalmente por jesuítas, eram abertas aos que quisessem consultar os acervos (Moraes, 2006).

Tendo em vista, portanto, os modos de recepção que excediam a leitura silenciosa e a prática tipográfica à época de Gusmão, consideremos também que as práticas de leitura e de escrita, dentro dos colégios da Companhia de Jesus, davam-se por meio de regimentos que, de certa forma, uniam as instituições inicianas das quatro partes do mundo. Refiro-me, sobretudo, à *Ratio Studiorum*, método pedagógico jesuítico que estabelecia normas para os principais cargos das instituições de ensino da Companhia, voltadas para o aprendizado tanto de religiosos quanto de estudantes seculares.

Há, nesse documento, a defesa à eloquência e à erudição de provinciais, reitores, prefeitos de estudo e professores, que deveriam ser homens de vida exemplar, versados nas letras, nas ciências e nas virtudes. Os objetivos últimos da *Ratio* eram os de salvar as almas dos alunos e de auxiliá-los na formação de “sólidas virtudes” (Franca, 1952, p. 133). Para tal, muito se atentava às leituras recomendadas, as quais não deveriam causar prejuízo à “honestidade e aos bons costumes” (Franca, 1952, p. 130). A censura de passagens imorais, contudo, não impedia o conhecimento de autores considerados *pagãos*: era o caso de Terêncio, por exemplo, visto com cautela, mas não proibido.

Nos colégios jesuítcos, aprendia-se não só teologia, e sim filosofia, gramática, retórica. O aprendizado do latim era fundamental, além de outros idiomas, como o grego e o hebraico. Recomendava-se o estudo dos antigos, como Aristóteles, Plutarco, Platão, Esopo, Cícero, Ovídio, Virgílio e até Catulo, Tibulo, Propércio, ao lado de padres da Igreja, como Crisóstomo, Basílio e Nazianzeno. Lia-se a Sagrada Escritura conforme o sentido literal alegado pelos papas e concílios e os sentidos alegóricos por meio dos padres da Igreja. Tomás de Aquino era então referência central. Aparecem na *Ratio*, ainda, alguns jesuítas do século XVI, como Cipriano Soares (1524-1593) e Manuel Álvares (1526-1582), citados por Gusmão ao longo de sua obra letrada.

A erudição jesuítica passava, além disso, pelo conhecimento de autoridades diversas e pela criação. Estimulavam-se exercícios de memória e disputas que aprimorassem a eloquência: enquanto o professor de retórica corrigisse os trabalhos escritos de seus alunos, estes poderiam, por exemplo, passar o tempo

imitando um trecho de algum orador ou poeta, fazendo descrições, traduzindo passagens do latim para o grego ou vice-versa, passando excertos da poesia para a prosa e da prosa para a poesia, compondo epigramas, inscrições, epitáfios, emblemas (Porteman, 2000). Os melhores emuladores eram premiados, os melhores alunos reuniam-se em academias. Certamente os exames de consciência eram frequentes, mas os proveitos do entendimento não ficavam em segundo plano.

Seguindo de perto os preceitos da *Ratio Studiorum*, Alexandre de Gusmão os adequou aos seus escritos, voltados a uma audiência da mais variada instrução, desde incipientes até perfeitos na vida espiritual (Gusmão, 1678), muito embora notemos que a maioria de seus impressos se destinasse, de fato, àqueles ainda não familiarizados com a linguagem teológica da doutrina. Inscrições em gêneros instrutivos, de caráter catequético, seus impressos promoviam a censura a gêneros retórico-poéticos demasiado “humanos”, defendendo a primazia da leitura de letras espirituais.

## LEITURA PARA PROVEITO, LEITURA PARA PASSATEMPO

Ao início de sua peregrinação terrena, Predestinado, protagonista de *Historia do Predestinado Peregrino* (1682), ainda pouco experiente das coisas de Deus, é conduzido por Diligência e Disposição à sala de uma senhora austera, douta e sábia, que não lhe dirige palavra por ter os olhos fitos num livro a que sua atenção se aplicava. A mulher se chamava Lição; o opúsculo que tinha em mãos era “hum livro espiritual”; a sala, “huma fermoza liuraria toda de liuros sagrados, deuotos, & honestos, & nenhum só liuro de comedias, ou nouélas se achaua ali” (Gusmão, 1682, p. 54). O emblema de Lição ganha letra que lhe serve de mote: *Quomodo legis?* – a pergunta disposta à entrada da *livraria*. “De que sorte lés? Lés para proueito, ou para passatempo? Se para passatempo, o tempo perdido será; se para proueito, será grande, o que da lição espiritual tirarás” (Gusmão, 1682, p. 54).

Predestinado, para entender a moralidade do emblema, tem então de recorrer a lunetas que ajustassem sua visão a fim de que não deixasse o tempo passar, mas o aproveitasse, vencendo o passageiro das imagens. A *utilidade*, pensada aqui como sinônimo de *proveito moral*, atrelava-se às finalidades do discurso de Gusmão.

Nesse sentido, leiamos a conclusão de Predestinado ao enxergar o mundo, do alto de uma atalaia, com os Óculos do Espírito que lhe são oferecidos por Desengano em substituição aos Óculos da Carne. A passagem consiste em um exemplo da vertente aguda da escrita de Gusmão, podendo remeter aos tópicos da vaidade do mundo, da efemeridade das coisas terrenas, da vida terrena como sonho, comuns na prédica seiscentista:

Então verdadeiramente vio, como o mundo, & sua gloria he huma farça de comedia, que passa, hu entremez, que se acaba com o riso; huma sombra, que desaparece, hum vapor, que se desfaz, huma flor, que se murchou, hum fumo, que cega a vista, & um sonho, que não tem verdade (Gusmão, 1682, p. 34).

Notemos como Gusmão faz equivaler o mundo e sua glória aos gêneros dramáticos baixos da *comédia* e de sua breve prima, o *entremez*. Ao equivalê-los por meio do elemento que os conecta, o riso, o jesuíta utiliza uma série de metáforas relacionadas à efemeridade do tempo para estabelecer uma espécie de gradação de ideias: da sombra desaparecida à cegueira que nada vê, o sonho, sem substância, não teria *verdade*. Com a *verdade* se justificava a primazia do gênero espiritual em contraposição a gêneros demasiado “humanos”, generalizados por termos de variada significação, como *comédia* e *fábula*, cuja amplitude semântica vale a pena delimitarmos.

“Para as fabulas, & comedias da vaidade todos concorrem à porfia, para ouvir a verdade que vos ensinai todos se afastão” (Gusmão, 1678, p. 17). O que entenderia Gusmão por *fábula*? Em *Arte de criar bem os Filhos* (1685, p. 240-241), o jesuíta menciona como prejudiciais à educação das crianças as “fabulas de Issopo”, o que remete a gêneros breves e alegóricos, de fundo moral, em que animais (e outros seres sem poder de fala humana) falam. Contudo, o entendimento de *fábula* certamente era mais vasto: o jesuíta, inclusive, utiliza o termo numerosas vezes quando se refere às produções de *pagãos* que desconheciam a Deus, mormente gregos e romanos da Antiguidade. No entanto, o valor negativo atribuído à *fábula*, nos tratados de Gusmão, parece se relacionar não apenas a uma distinção teológica entre *paganismo* e cristandade, mas a um gênero indecoroso e inverossímil – de pouca honestidade, de muito riso e puro fingimento.

Gênero que, afastado da *verdade*, imergia em ficção em que humanos tornavam-se cavalos, árvores, rochas, em que deuses se fingiam de animais e deixavam-se afetar por ira, ciúme, inveja e sentimentos humanos de toda

ordem. “Fabula he, o que fingem os Poetas, que do sangue de Venus nacera a rosa” (Gusmão, 1734, p. 50), afirma Gusmão em *Arvore da Vida, Jesus Crucificado*, censurando leituras que, em vez de tomarem os tropos dos poetas enquanto alegorias, liam-nas como históricas, esquecidos de que: “A verdade he, que do Sangue do Cordeiro, que he Christo, nascem as rosas, com que o mesmo se coroa, e os mais virgens que no Ceo seguem seus passos” (Gusmão, 1734, p. 50). Nesse sentido, o nascimento de Diana ornava a narração do nascimento de João Batista, por exemplo, mas não se igualava a ele em nível da verdade de acontecimento: “Porque se a fabulosa antiguidade tinha por feliz o nascimento onde assistia a deosa Diana, ou Lucina, com quanto mayor razão se ha de chamar feliz o nascimento de Joaõ, a que a verdadeyra Mãy de Deos assistio?” (Gusmão, 1715, p. 103).

Importa ressaltar que Gusmão não se opunha de todo contra *fábulas*, poesias nem *comédias*. Se fossem usadas para o louvor e a fé da retórica epidíctica, para confirmar a bondade da Virgem Maria, a graça do menino Jesus e a benignidade divina, quer dizer, se esses gêneros humanos se submetessem aos dogmas católicos, nenhum problema haveria. Nesse sentido, em capítulo intitulado “Quanto celebraraõ os da Companhia a gloria da Senhora no mundo com todo o genero de poesias, de Rosa de Nazareth” (1715, p. 335), Gusmão elenca diversos nomes de jesuítas que, nas quatro partes do mundo, empregavam “seus engenhos em louvar a santissima Virgem com devotissimos, & agudos conceytos”.

Se Gusmão não se opunha absolutamente a *fábulas*, *comédias* ou poesias, incluindo nesse balaio as *novelas* mencionadas por Lição ao início desta seção, também não era delas um defensor entusiasta. Afinal, para o jesuíta e para a Companhia de Jesus de seu tempo, que vinha enfrentando sérias censuras quanto ao seu método de pregar, as quais aumentariam com a proximidade das reformas pombalinas, eram as letras humanas as que mais ofereciam perigos para a má conduta dos hábitos dos fiéis. Com base nos tratados de Gusmão, não há como dimensionarmos realmente o que o jesuíta tinha em seu horizonte por *comédia*, mas uma passagem que anteriormente citamos oferece pistas: *comédias da vaidade*.

Em chave católica pós-tridentina, vaidade era pecado de quem não aproveitava o tempo, porém o passava em exibição de ornatos. Para entender o que significava *comédia* nesse contexto, recorramos a Nuno Marques Pereira (1652-1728) em seu *Peregrino da América*, sobretudo à medida que seu autor,

no segundo volume do Compêndio, cita algumas das principais autoridades para a composição de sua narrativa. Dentre os “escritores que debaixo [...] [de] metaphoras insinuaram mui solida doutrina espiritual” (Pereira, 1939, p. 4), Nuno Marques Pereira destaca: Juan de Palafox y Mendoza, bispo de Osma, em *El Pastor de Noche Buena*; Tristão Barbosa de Carvalho, em *Peregrinação Christã*; Heitor Pinto, em *Imagem da Vida Christam*; João da Fonseca, em *Satisfaçam de Aggravos, e Confusam de Vingativos*; contemporâneo a quase todos eles, Alexandre de Gusmão, em sua *Historia do Predestinado Peregrino*.

Também em Nuno Marques Pereira, que encontra nos escritos de Gusmão exemplo de produção espiritual proveitosa, presentifica-se uma defesa à honestidade e virtuosidade das letras. No *Peregrino da América*, ilustra-se a defesa, presente ao longo do século XVIII, por uma poesia enquanto *recreação honesta*. Como destacamos em relação aos tratados de Gusmão, o critério principal de Nuno Marques Pereira fundamentava-se na salvação eterna, no uso propício do tempo terreno. Nesse sentido, um comediante, um dançarino ou um violinista preocupado com encenações, festas e bailes – estendendo-se também para aqueles que mecenasavam comédias, danças ou músicas – cometia vício duplo, pois fazia não só com que o próprio tempo, mas o tempo de seus espectadores e ouvintes se esvaísse. Ao imitarem ações vaidosas, promovendo a imitação da vaidade em sua audiência, esses artífices, a serviço do puro deleite (*delectare*), estariam praticando a maior ofensa que um homem podia cometer: “a offensa de Deus” (Pereira, 1939, p. 101).

Nessas “farças profanas”, continua Nuno Marques Pereira, costumava “o demonio incitar aos poetas para fabricarem idéas malignas e artificiosas, [...] com o pretexto de lisonjejar o gosto aos que a estas funções vão assistir, provocando a concupiscencia deleitavel” (Pereira, 1939, p. 101). Note-se que o *deleite*, objetivo retórico-poético horaciano por excelência, aparece agora, no Setecentos católico, ao lado da *concupiscência*, termo ligado ao apetite da carne e às paixões da alma. Segundo o padre Manuel Bernardes (1644-1710), em *Luz, e Calor* (1696), os apetites concupiscíveis seriam seis: amor, ódio; desejo, abominação; deleitação, tristeza.

Oposto à tristeza, o deleite equivaler-se-ia ao riso encontrado por Nuno Marques Pereira em representações encenadas em tablados ou nas ruas, durante o Entrudo ou o *Corpus Christi*, acusados os cristãos de saírem vestidos de dragões, serpentes e cavalinhos, durante festas religiosas ou particulares, ocorridas em praças, em casas de terceiros, em pátios do Colégio e da Corte, em

embarcações – cenários para os quais o ancião, interlocutor do Peregrino da América, narra grandes punições divinas: teto caindo sobre os espectadores, dores excessivas nos atores, mortes súbitas e inesperadas, namoros entre virgens moças e comediantes adúlteros.

Ocasão para este ancião (ou Nuno Marques Pereira?) direcionar-se aos seus leitores, após defender a queima “de todos os livros de comédias, passos profanos, e tudo o mais referido” (Pereira, 1939, p. 101):

[...] quero fazer uma advertencia aos pais de familias [...]: que não consintam que suas mulheres, filhas, irmãs, parentas, e pessoas honradas de sua obrigação, que estiverem debaixo de sua proteção, vão ver comédias, nem semelhantes farças (Pereira, 1939, p. 104).

Sabe-se que a divisão entre gêneros altos, medianos e baixos pouco tinha de valorativo em termos retórico-poéticos: todos requeriam engenho e arte do poeta e orador, todos pediam por decoro entre matéria, sua elocução e performance. Quero dizer, a moralização de gêneros baixos, generalizados em *comédias* abarcantes de outros gêneros (sátiras, farsas, entremezes etc.), ganha voga na Igreja após o Concílio de Trento e, no caso ibero-americano, no século XVIII sobretudo – considerando-se que, antes da virada para o Setecentos, a mescla entre *baixo* e *vil* era já sentida, a ponto de Gusmão, desde 1678 em *Escola de Bethlem*, censurar *comédias*.

A justificativa para tal receio, Gusmão e Nuno Marques Pereira apresentaram-na: o perigo de personagens trapaceiros, com suas palavras de baixo calão, serem imitados por quem os lesse e, principalmente, por quem os visse sem saber distinguir, com o juízo do entendimento, o que viam. Sendo a visão o sentido mais poderoso e instantâneo para a moção da fantasia e da vontade, as palavras que pintassem caracteres baixos provocariam, além de risos espontâneos da audiência, o sofrimento de choros futuros, destinados a quem, como Precito, irmão de Predestinado em *Historia do Predestinado Peregrino* (1682), acabasse nas labaredas do Inferno.

Nesse sentido, em *Arte de crear bem os Filhos* (1685), Gusmão aconselha pais e mestres a dobrarem o cuidado diante de meninos que ainda não conseguiam distinguir entre o falso e o verdadeiro, entre o bem e o mal, como papagaios que repetiam sem saber o que diziam nem o que gesticulavam. Cuidado redobrado às meninas, cuja natureza seria mais suscetível a imitações acomedidas por visão indefesa. Para tal, Gusmão veste-se de Platão e atualiza o

banimento dos poetas da República, propondo ao fundo uma outra imitação, imitação cristianizada a partir de retóricas como a de Herênio, em que se estimula a *imitatio* conduzida por “método cuidadoso, a que logremos ser semelhantes a outros no dizer” (Retórica a Herênio, 2005, p. 55).

Curiosamente, o jesuíta, ao defender a proibição de *palavras torpes e canções desonestas*, cita como autoridade uma das maiores autoridades do gênero satírico, Juvenal:

Se meteres hum minino Portuguez entre os Gregos, a primeira lingua, que fallar, ha de ser Grego, inda que nam queira; se depois de grande estiver entre os Latinos, nam ha de aprender Latim com a facilidade, com que em piqueno aprendêo o Grego. Por esta causa Platam amoestava as amas dos mininos, que de nenhua sorte lhe contassem fabulas, nem falassem diante delles cousas deshonestas, porque facilmente aprendem as creanças semelhantes linguagens; & o Poeta Iuvenal diz, que de nenhũa sorte se fallem palavras torpes na casa, onde estam presentes mininos, & muito menos se cantem diante das mininas cantigas deshonestas, porque estes de ordinario fallam o que ouvem, & fazem o que vem, como os bugios (Gusmão, 1685, p. 250).

Também mencionado na *Ratio Studiorum*, o nome de Juvenal não se dá à toa. Sua menção não só indica o conhecimento de Gusmão acerca das letras greco-latinas, como o modo de leitura do jesuíta diante de *comédias, farsas, entremezes e passos*: leitura alegórica e moralizante conduzida com o cuidado de representá-las a quem saberia ver, ouvir e interpretar. Bem delimitados os seus sentidos para que não soassem puramente fantásticos, os gêneros baixos deveriam, portanto, subordinar-se a gêneros que, nem altos nem baixos, situavam-se no púlpito.

Os livros espirituais, são os de comedias; os templos, as cazas do jogo; os sermões, as rodas de murmuração; as vigílias, o dormir; os jejús, os da meza, & cozinha; as diciplinas, & cilicios, as gallas, & profanidade do vestir. E finalmente, o homem sem oração, & devação, he muy semelhante à Epicuro, & Eliogabalo, que todo o seu cuydado era o corpo, & alma nada (Gusmão, 1720, p. 304).

Aqui, dois polos opostos se traçam: o dos *cristãos*, junto aos *livros espirituais*, aos *templos*, aos *sermões*, às *vigílias*, aos *jejuns*, às *diciplinas e cilícios*; e o dos *maus cristãos* que praticavam *comédias, jogos, murmurações* e prazeres do *sono*, da *mesa*, das *galas*. Ao dizerem-se cristãos, esses últimos provavam

com suas ações o contrário; noutros termos, por mais corrupto e enganoso que fosse o mundo terreno, a piedade, a devoção e a oração só se efetuavam na aparência das ações que comprovavam a intenção de quem as praticara.

Assim como o gênero retórico epidítico, a religiosidade católica setecentista acontecia no tempo humano, no qual a oração só se fazia orando, a devoção só se dava no templo, a piedade só se praticava louvando a doutrina, e a doutrina só se externalizava pelas palavras de livros espirituais que, opostos às *comédias*, propunham-se a vestir a moralidade com o decoro da seriedade que lhe cabia. Como um *ethos* (caráter, personagem) da poesia, o fiel só se afirmaria fiel se suas ações condissessem com seus pensamentos transmitidos pelas suas falas e pelos seus hábitos mais cotidianos e corriqueiros, guiados por uma virtude a que Gusmão explicitamente não se refere aqui, mas que tece suas orientações de cunho moral – a temperança. Temperança no comer, no beber, no dormir, no vestir e, dentro desses âmbitos que podem gerar tanto prazer aos sentidos, no ler.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, vimos que a noção de *leitura*, mesmo que abrangente, não abarca a variedade das formas de transmissão que um discurso podia alcançar entre os séculos XVII e XVIII, quando os opúsculos de Gusmão circularam e foram recebidos. Com a leitura, conviviam a oratória e a visualidade, por exemplo, o que significa que, àquela época, a escrita não implicava uma recepção formada unicamente por leitores, mas também por ouvintes e/ou espectadores, além de uma gama de normativas que regulavam os modos de produzir e de receber um discurso. Ademais, vimos que, no período em questão, a proliferação de gêneros instrutivos na América Portuguesa participava de uma defesa à moralização das letras, indicando uma concepção de leitura que se vinculava diretamente aos costumes dos leitores: quer dizer, à medida que as letras proporcionavam uma atividade imitativa para fora das páginas impressas, doutrinários católicos como o padre Alexandre de Gusmão vislumbravam nos livros duas experiências – uma bem-aventurada, outra arriscada.

Bem-aventurada em sentido moral e cristão, a leitura, para Gusmão, possuía papel fundamental na formação letrada e catequética do fiel, pois contribuía para a memorização de preceitos, para a mudança de hábitos, para o

caminho em direção à eternidade da alma, para a manutenção do *bem comum* da Igreja e do Reino. Arriscada, a leitura sem mediação moralizante apresentava, segundo o jesuíta, o perigo de condenação da alma, de entrega desenfreada aos prazeres dos sentidos, de desorganização hierárquica da monarquia e de seus micropoderes. Se hoje as censuras de Gusmão às letras humanas, como *comédias* e *farsas*, causam desconforto diante de uma ideia laicizada de *literatura*, à sua época as letras eram instrumento importante de domínio religioso e de subjugação das vontades (*vontade* pensada aqui como potência da alma em que imperavam as paixões).

Esse vínculo entre *literatura* e moralização, por mais difícil que seja encará-lo hoje, constitui um capítulo da história da leitura no Brasil. Sua relevância, se por um lado indica a importância da leitura para os séculos XVII e XVIII (afinal, se não fossem importantes, as letras não ofereceriam perigo), por outro, pode conduzir a um exercício comparativo e crítico. Quero dizer, com isso, que olhar para o passado também nos ensina a enxergar o presente e a buscar ações que não moralizem o prazer de ler, mas que se beneficiem dele para a promoção, em termos freirianos, de autonomia do pensamento. Ultrapassando as páginas de um livro, que o leitor faça da leitura, por fim, *práxis* para diversas possibilidades de ser no mundo.

## Useful reading and writing between the 17th and 18th centuries: the case of Father Alexandre de Gusmão

### Abstract

This article aims at investigating the idea of literary reading when applied to texts produced before Modernity, based on the analysis of some excerpts of Father Alexandre de Gusmão (1629-1724)'s works. Considering the different modes of transmitting a discourse between the 17th and 18th centuries, we can observe that Gusmão's writings used to teach moral and spiritual lessons. Besides, on his works we can find reproaches not only against genres as comedies and novels, but also against an excessive delight on reading. We hope that our study contributes to a critical reflection about reading and writing as practices of autonomy.

### Keywords

Reading practices. The 17th and 18th centuries. Alexandre de Gusmão.

## REFERÊNCIAS

- BARTHES, R. La Retórica Antigua. In: BARTHES, R. *La aventura semiológica*. Tradução Ramón Alcalde. 2. ed. Barcelona: Paidós, 1993.
- BOUZA, F. Escribir a corazón abierto. Emoción, intención y expresión del ánimo en la escritura de los siglos XVI y XVII. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 35, n. 68, p. 507-534, maio/ago. 2019.
- CHARTIER, R. *El presente del pasado: escritura de la historia, historia de lo escrito*. Cidade do México: Universidade Iberoamericana, 2005.
- FRANCA, L. *O método pedagógico dos jesuítas: o “Ratio Studiorum”*. Rio de Janeiro: Livraria Agir, 1952.
- GUSMÃO, A. de. *Arte de crear bem os Filhos na Idade da Puericia*. Dedicada ao Miniño de Belem, JESV Nazareno. Lisboa: Oficina de Miguel Deslandes, 1685.
- GUSMÃO, A. de. *Arvore da Vida, Jesus Crucificado*. Dedicada à Santíssima Virgem Maria N. Sra. Dolorosa ao Pé da Cruz. Lisboa Occidental: Oficina de Bernardo da Costa de Carvalho, 1734.
- GUSMÃO, A. de. *Eleyçam entre o Bem, & Mal Eterno*. Lisboa Occidental: Oficina da Musica, 1720.
- GUSMÃO, A. de. *Escola de Bethlem, JESVS nascido no Prezepio*. Dedicado ao Patriarca S. Ioseph. Évora: Oficina da Universidade, 1678.
- GUSMÃO, A. de. *Historia do Predestinado Peregrino, e sev Irmão Precito: Em a qual debaxo de huma misteriosa Parabola se descreue o sucesso feliz, do que se ha de salvar, & a infeliz sorte, do que se ha de condenar*. Lisboa: Oficina de Miguel Deslandes, 1682.
- GUSMÃO, A. e de. *Rosa de Nazareth nas Montanhas de Hebron, a Virgem Nossa Senhora na Companhia de Jesus*. Dedicada à mesma soberana Virgem em sua gloriosa Assumpção. Lisboa: Oficina Real Deslandesiana, 1715.
- HANSEN, J. A. Instituição retórica, técnica retórica, discurso. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 33, p. 11-46, jul./dez. 2013.
- LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. *A leitura rarefeita: livro e literatura no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- MORAES, R. B. de. *Livros e bibliotecas no Brasil Colonial*. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.
- PEREIRA, N. M. *Compêndio Narrativo do Peregrino da América*. 6. ed. Rio de Janeiro: Publicações da Academia Brasileira, 1939. v. II.

PORTEMAN, K. The use of the visual in classical Jesuit teaching and education. *Pedagogica Historica*, v. 36, n. 1, p. 179-196, 2000.

*RETÓRICA a Herênio*. Tradução e introdução Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra. São Paulo: Hedra, 2005.

SOUZA, L. V. de. *Educados nas letras e guardados nos bons costumes: os pueris na prédica do Padre Alexandre de Gusmão S. J. (séculos XVII e XVIII)*. 2008. 210p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.